

5

As relações entre ética, moral, mídia e comunicação em um mundo conectado

DOI: <https://doi.org/10.29327/264759.20.33-5>

Nair Prata¹

Resumo: Resenha do livro *Ética, mídia e comunicação: relações sociais em um mundo conectado*, de Luís Mauro Sá Martino e Ângela Cristina Salgueiro Marques.

Palavras-chave: Democracia. Ética. Comunicação política.

Abstract: Review of the book *Ética, mídia e comunicação: relações sociais em um mundo conectado* by Luís Mauro Sá Martino and Ângela Cristina Salgueiro Marques.

Keywords: Democracy. Ethic. Political communication.

A palavra “ética”, apesar de fazer parte do cotidiano das pessoas, nem sempre tem o seu significado compreendido e internalizado em toda a sua amplitude. Segundo o *Dicionário Aurélio*, ética “é o estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto” (FERREIRA, 1994, p. 280). Tendo como ponto central as imbricações das discussões sobre a ética no campo da comunicação, um livro, lançado este ano, se aventura pelo emaranhado de reflexões que o termo possibilita. Assim, discutir as relações sociais no mundo conectado em que vivemos, tendo como parâmetro a ética, a mídia e a comunicação é a proposta do livro *Ética, mídia e comunicação: relações sociais*

1 Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em Comunicação pela Universidade São Marcos. Professora da Universidade Federal de Ouro Preto. Contato: nairprata@uol.com.br.

em um mundo conectado, de Luís Mauro Sá Martino e Ângela Cristina Salgueiro Marques, publicação de 240 páginas da Summus Editorial.

Logo na apresentação do livro, os autores explicam que,

em primeiro lugar, não existe uma única definição para a palavra. Ao longo do tempo, vários filósofos e pensadores deram sentidos específicos a ela – e, como quase sempre acontece na filosofia, nem sempre estes conversam entre si. Além do mais, nenhuma ética indica, em termos absolutos, o que é ‘certo’ ou ‘errado’, ao menos como entendemos essas palavras no cotidiano (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 9).

A proposta da obra é, segundo o próprio texto:

Pensar a ética, na perspectiva deste livro, é pensar a prática – olhar para as relações de comunicação nos muitos espaços em que ela acontece, da complexidade das redes nas mídias digitais ao simples ato de dizer ‘oi!’ a alguém, passando pelas questões profissionais do mercado e das grandes empresas de mídia. Por isso, nossa proposta não é dizer o que fazer, mas perguntar por que fazemos, isto é, por que motivos agimos de determinada maneira e não de outra quando nos comunicamos (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 10).

Ambos os autores são professores de Comunicação e têm vários trabalhos publicados, entre livros e artigos científicos: Luís Mauro Sá Martino é graduado em Comunicação (Cáster Líbero), tem mestrado e doutorado em Ciências Sociais (PUC-SP) e é professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Cáster Líbero; Ângela Marques é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG, onde cursou mestrado e doutorado e é pós-doutora pela Universidade Stendhal Grenoble III, da França.

A palavra “ética” está presente no título de 13 dos 15 capítulos, o que demonstra a força do termo no conjunto da obra: “Ética e subjetividade”, “Ética e narrativa”, “A ética das decisões cotidianas”, “A ética da polidez”, “A ética da conversação”, “Reconhecimento, autonomia e ética”, “A ética e os enquadramen-

tos do cotidiano”, “A ética da narrativa”, “A ética da comunicação política”, “A ética e a livre expressão”, “Como a ética sobrevive diante dos interesses”, “A ética das imagens”, “Ética e efetividade na pesquisa acadêmica”. Ao final de cada um dos 15 capítulos, há uma pequena sugestão de bibliografia, para que o leitor possa aprofundar a reflexão sobre os temas discutidos.

Os autores buscam no livro *Ethics and Experience*, de Timothy Chappell, as origens da ética, explicando que, há alguns milênios, quando os seres humanos começaram a viver em comunidade, foi necessário criar regras, fundamentais para a sobrevivência da espécie. “A ética nasceu quando, pela primeira vez, seres humanos decidiram usar a razão para tomar decisões a respeito dessas regras e, particularmente, de seus comportamentos na vida social. O que fazer? Como proceder? Qual é a decisão mais justa, mais correta?” (p. 13). Chappell aponta a Grécia clássica como o berço do nascimento da ética

por conta desse vínculo entre decisão e racionalidade; enquanto decisões eram tomadas com base em uma consulta aos astros, no transe de um feiticeiro ou na autoridade do rei, não havia uma ‘ética’ propriamente dita (CHAPPELL, 2009, *apud* MARTINO; MARQUES, 2018, p. 13).

O livro *Ética, mídia e comunicação* tem texto leve, dialogado e com muitos exemplos que buscam facilitar o entendimento do leitor. Tenta provocar reflexões todo o tempo, instigando a análise por meio de argumentos claros e que fazem parte do cotidiano da sociedade. Os fatos reais ou retirados de obras de ficção, iluminados pela análise teórica, convidam a uma contemplação de situações que às vezes parecem banais, mas que, quando problematizadas, abrem reflexões com matizes de natureza diversa.

Logo no início da obra, os autores trazem um exemplo da série britânica *Doctor Who*, que parece sintetizar o debate em torno da ética de forma paradigmática: é ético eliminar os vilões – os Daleks – que provocam terror por onde passam? Segundo o texto,

o fim dos Daleks significa esperança para inúmeras outras formas de vida. Mas, para isso, o Doutor deve eliminar seres vivos, exatamente como um Dalek faria. De um lado, o dever moral de garantir a vida de outros seres; do outro, o problema ético de decidir sobre quem se é. (MARTINO; MARQUES, 2018 p. 17).

A partir desse exemplo, os autores discutem os significados dos termos “ética” e “moral”, lembrando que a diferenciação entre ambos nem sempre é clara:

O termo ‘ética’ vem do grego clássico *ethos*, que significa, ao mesmo tempo, ‘hábito’ e ‘caráter’. Em um sentido ainda mais antigo, *ethos* significava ‘lugar onde se mora’ ou ‘habitação’. Embora essas palavras tenham hoje em dia um sentido bem diferente, os gregos sabiam muito bem o que estavam fazendo: o caráter de uma pessoa, entendiam, era derivado dos hábitos que ela adquiria. Assim, o caminho para que determinado indivíduo tivesse um bom caráter era cultivar nele, desde pequeno, bons hábitos. Daí a importância das condições sociais de vida, isto é, do ‘lugar onde se mora’, de nosso ‘habitat’ para a formação do caráter de alguém.

Portanto, o *ethos* não era sinônimo de ética, mas do conjunto de práticas, adquiridas pelo hábito, que definia o caráter de uma pessoa. (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 18).

Buscando um exemplo da vida cotidiana para ilustrar a discussão do que seja a moral, os autores relatam o seguinte caso:

Outro dia, em um ônibus, um jovem estava ocupando o assento preferencial. Um senhor de idade embarcou e ele, imediatamente, fechou os olhos e fingiu que dormia. O jovem sabia que estava errado em não ceder o lugar e, por conta disso, qualquer outro passageiro, o cobrador ou o motorista teria o direito moral de dizer ‘ei, por favor, ceda o seu lugar’. Seu erro ficaria evidente e a coisa seria constrangedora. Para que isso não acontecesse, o único caminho era *evitar o confronto moral* – no caso, fingir que estava dormindo e alheio à situação (MARTINO; MARQUES, 2018 p. 19).

O texto sintetiza, em um quadro, as diferenças entre ética e moral:

Quadro: Diferenças entre ética e moral

	Ética	Moral
OBJETIVO	Viver bem consigo	Justiça e integração
FONTE	Decisão pessoal	Norma coletiva
PRESSUPOSTO	Julgamento de valores	Princípios
TIPO DE ATITUDE	Reflexão	Ação automática
ONDE ATUA	Caráter de cada um	Costumes da sociedade

Fonte: Martino e Marques (2018, p. 23).

O Capítulo 1, intitulado “Ética e subjetividade: o que é ser alguém?” parte da discussão do significado de ser alguém no mundo contemporâneo, pois “as conexões virtuais, a economia e a política mundiais colocaram os seres humanos diante de novos desafios de convivência” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 31), conforme apontam os autores. O texto lembra que a noção moderna de pessoa remonta ao século 18, com o Iluminismo, quando Immanuel Kant indicava que “uma condição fundamental para a vida comum é considerar as pessoas fins em si mesmas e não meios para se alcançar determinados fins – se todos os seres humanos são iguais, deve-se tratar a todos do mesmo jeito” (KANT, 1987, *apud* MARTINO; MARQUES, 2018, p. 35).

No segundo capítulo, “Ética e narrativa: falar de si, falar dos outros”, os autores partem da concepção de George Gerbner (1996 *apud* MARTINO; MARQUES, 2018, p. 43), no artigo “*Stories We Tell*”, ao apontar que “as histórias que contamos são um dos principais fatores na formação dos vínculos entre pessoas e, por isso, fundamentais para o surgimento de comunidades e sociedades”. Assim, o texto lembra que

nosso conhecimento do mundo, em boa medida, é de segunda mão – no mínimo, na medida em que a circulação de narrativas, na sociedade, tende ao infinito. Essas narrativas que se entrelaçam com nossas histórias são responsáveis, até certo ponto, por definir o que conheceremos ou deixaremos de conhecer sobre a realidade (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 44).

Dessa forma, “a narrativa é um espaço de encontro com o outro” e “esse infinito do outro é entendido apenas quando conseguimos abrir nossa sensibilidade para tentar compreender o que ele ou ela sente, vive, enxerga” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 44-45).

O Capítulo 3, “Pequenos problemas, grandes negócios: a ética das decisões cotidianas”, trata da conformação ética das atitudes de cada um:

as ações do cotidiano, mesmo as mais simples, revelam nossos valores, crenças e critérios éticos tanto quanto as grandes decisões da vida. Tanto as grandes quanto as pequenas decisões são orientadas por *valores*, isto é, critérios usados para julgar o que se deve fazer e avaliar os resultados das ações realizadas (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 53).

Os autores falam das “verdades insuportáveis” da vida cotidiana, ao lembrar que o nosso dia a dia está repleto “de pequenas mentiras, enganos, ilusões e autoilusões que, paradoxalmente, facilitam a convivência” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 57).

O Capítulo 4 faz um apelo logo no título: “Por favor, leia este capítulo: a ética da polidez” e aponta que

as boas maneiras, com todos os seus rituais, procedimentos e regras, podem ser entendidas como um complexo jogo de interações e comunicação com base no qual nosso cotidiano é criado – e a polidez é talvez a forma mais intensa da ética dessa relação” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 63).

Os autores explicam que, em linhas gerais,

a polidez tem uma única finalidade: tornar a vida em sociedade possível. Viver com os outros não é fácil e, para evitar que o cotidiano seja uma fonte inesgotável de conflitos, adotamos uma série de atitudes para tornar essa convivência mais confortável para todos (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 63).

O quinto capítulo, intitulado “A ética da conversação: por que é complicado falar com os outros”, trata sobre as relações no cotidiano e o texto explica a importância deste tema:

Nas sociedades atuais, a busca do diálogo e da consideração dos pontos de vista de todos é ao mesmo tempo um desafio e uma necessidade: lidamos, ao mesmo tempo, com questões éticas de natureza subjetiva e com problemas morais que dizem respeito às relações interpessoais (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 76).

Os autores destacam três condições que devem ser respeitadas para haja verdadeiramente uma ação comunicativa na esfera pública: 1) “Todos podem falar livremente, sem constrangimentos nem coerção” (p. 83); 2) “Cada pessoa deve respeitar o outro e seu direito de ter uma opinião diferente” (p. 83); 3) “Cada um deve, de antemão, mostrar-se disposto a ouvir o outro e, mais ainda, a mudar de opinião” (p. 84).

Com o título “Reconhecimento, autonomia e ética: a comunicação e o direito à cidadania”, o sexto capítulo discute a ética do discurso e lembra que um dos seus fundamentos “é a capacidade do indivíduo de se distanciar de si mesmo e de sua história para pensar como ela está entrelaçada a formas de vida coletivas” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 93). Além disso, destaca a importância do reconhecimento, ao lembrar que se trata de “um processo pertencente tanto ao campo da ética quanto da moral” (p. 102).

O Capítulo 7 é intitulado “Não fale com estranhos: comunicação, alteridade, amizade” e reflete sobre os vínculos comunicacionais da comunidade, lembrando que

é por intermédio da dinâmica comunicativa que as sociedades se reinventam e garantem sua permanência. A comunicação traz sempre à tona o senso comum criado pela coletividade, possibilitando que os sentidos sejam reapropriados pela experiência de modo que ao mundo não seja devolvida a forma comum que instaura a relação, mas uma forma estranha, nova (em sua forma de aparecer) e legítima, pronta para encorpar o conjunto do conhecimento compartilhado (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 106).

O oitavo capítulo, “Em que mundo você vive? A ética e os enquadramentos do cotidiano”, discute a realidade e as realidades de cada um e as relações éticas que permeiam os encontros nesses espaços. O texto lembra que

estamos acostumados, no cotidiano, a falar da ‘realidade’ como se estivéssemos de acordo a respeito do que é isso e como se ela fosse única. No entanto, há vários elementos que a formam, várias linhas que compõem seu tecido – e não deixa de ser uma coincidência que ‘tecido’ esteja perto da raiz de ‘texto’. Cada indivíduo, nesse emaranhado, transita entre várias dessas linhas” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 120).

O nono capítulo é intitulado “Estereótipos, mídia e realidade” e parte de uma questão principal: como conviver com pessoas que têm visões de mundo diferentes, às vezes incompatíveis com as nossas? Segundo os autores,

uma das características das sociedades pluralistas é a presença de vários grupos e indivíduos que lutam pelo reconhecimento de seu direito de ser o que são e viver com as mesmas garantias que todos os outros. Mas isso não acontece de graça: para obter esse reconhecimento, é preciso que cada grupo leve, continuamente, suas questões para esferas públicas de debate (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 130).

Ao final do capítulo, os autores apontam a importância de se conhecer o outro “como o único caminho para deixar de ter medo dele e passar a vê-lo como um igual, apesar das diferenças e, portanto, alguém com quem se pode falar” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 136).

O décimo capítulo tem como título “Você disse ‘bem informado’? A ética da narrativa” e discute a objetividade a partir de três aspectos:

- a) há um paradoxo entre teoria e prática: jornalistas aprendem que ‘objetividade não existe’ e, no entanto, são cobrados por rigor e precisão na apuração dos fatos;
- b) os livros não propõem uma volta ao conceito clássico de subjetividade, reconhecendo que o conhecimento completo da realidade é impossível – toda narrativa é

uma seleção –, mas c) isso não quer dizer que um repórter não consiga fazer um relato objetivo de um fato singular, a matéria-prima do jornalismo (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 139-140).

Com o título “A ética da comunicação política: Aristóteles encontra Frank Underwood”, o Capítulo 11 aborda a democracia e a ética nas relações instauradas nesse tipo de governo. Frank Underwood, que comparece no título do capítulo, é o protagonista da série *House of Cards*. Ele busca a presidência dos EUA sem respeito à ética e às regras do jogo democrático. O texto traz um interessante quadro, que aponta as divisões clássicas do poder – monarquia (governo de um só), aristocracia (governo de alguns) e democracia (governo de todos) –, a partir de quatro categorias: a proposição, as vantagens, as desvantagens e os limites ou divisões.

No Capítulo 12, “O direito de falar: a ética e a livre expressão”, os autores apontam os dois grandes tópicos que devem permear a relação entre democracia, direito e comunicação: 1. Abordar o problema “em sua expressão mais simples, isto é, na ética da comunicação nas interações do cotidiano” e 2. Compreender o problema “em sua extensão macro, analisando as relações entre a mídia e o espaço público” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 167). O texto lembra que, apesar de o direito à fala ser igual para todos, são desiguais as condições para o exercício da comunicação.

O título do Capítulo 13 é uma pergunta (“Como a ética sobrevive diante dos interesses?”) e trata sobre uma das questões mais controversas do nosso cotidiano. O texto busca Bourdieu (*apud* MARTINO; MARQUES, 2018, p. 178), para quem “o respeito a princípios éticos não é uma decisão individual e livre; na prática, só somos éticos quando somos obrigados a isso” e “o interesse, e não a ética, é o fundamento das ações – a ética seria, no máximo, um discurso para a obtenção de um lucro simbólico no campo. Não existe, nessa ótica, ato desinteressado” (p. 189). Não haveria saída, portanto? Os autores refletem, afirmando que a linguagem “pode ser um elemento de desafio e não apenas de aceitação” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 190).

No penúltimo capítulo – o de número 14 –, intitulado “A ética das imagens, representações e poder no mundo visual/virtual”, os autores apontam que

a imagem é um constructo da realidade a partir de um complexo processo de produção, que implica desde a técnica do produtor até sua perspectiva de criar uma nova mensagem com os elementos já existentes [e] a imagem é esmagadora em seu efeito de realidade. Aproxima o mundo do indivíduo sem a necessidade de uma elaboração conceitual e, associando-se ao simbólico, permite uma compreensão imediata do representado (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 194).

Sobre a fotografia, especificamente, o texto explica que,

de todos os elementos dos meios de comunicação responsáveis por criar o efeito de real, a fotografia parece ser o de ação mais imediata e duradoura. A dialética da imagem faz que o acontecimento real só passe a existir a partir do momento em que se transforma em algo virtual. A realidade ganha existência na transposição para a tela, para a página (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 193).

Por fim, encerrando o livro, o Capítulo 15, que tem como título “Olhando para nós: ética e afetividade na pesquisa acadêmica”, trata sobre as relações no ambiente acadêmico:

Fazer uma pesquisa não significa apenas lidar com ideias, teorias e conceitos – ou seja, com o aspecto cognitivo da questão. Ao contrário, exige também um investimento afetivo considerável, no sentido de dispor de tempo, dedicação e esforço para se concentrar, talvez durante anos, em um único tema (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 205).

Os autores explicam que

a ética da pesquisa em comunicação é um processo de construção, ao longo do qual o pesquisador (junto com seus pares) explicita questões, explora suas ambivalências, tensões e potências, sempre negociando as respostas. A ética da comunicação nos confere a possibilidade de elaborar nossa experiência, transformando-a em matéria inteligível, comunicável e partilhada (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 215).

Ao final, o livro traz, como um apêndice, um interessante tópico intitulado “Para terminar: cinco desafios da ética na comunicação”, e os autores justificam essas reflexões, afirmando:

É comum, tanto para profissionais quanto para estudantes e pesquisadores da área, oscilar entre duas posições: ter princípios éticos terrivelmente rígidos que, por isso mesmo, são impossíveis de colocar em prática; ou, por outro lado, princípios tão maleáveis que seria possível questionar se ainda estamos falando de ‘ética’ ou se não se trata, na verdade, de casuísmo, isto é, de ideais que podem ser adaptados a qualquer situação desde que se tenha uma boa justificativa, seja de que natureza for (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 217).

Os cinco desafios são:

1. “Dentro do mercado, apesar do mercado” – A mensagem-chave desse tópico é que não se pode ignorar o mercado. O texto aponta que o primeiro desafio ético do comunicador “são as relações entre mercado e o campo da comunicação”. Os autores lembram que, “mesmo entendendo a comunicação como um produto, existe o desafio ético de manter a qualidade do trabalho mesmo dentro do mercado” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 218-219).
2. “A tecnologia: encontrar o humano no digital” – Esse tópico frisa que a tecnologia não pode ser ignorada. “Cada pessoa, cada grupo, cada sociedade vai adotá-la de acordo com seus critérios, mas não pode deixar de fazer isso – é um processo que alguns autores denominam ‘mídiação da sociedade’” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 221).
3. “Entender a alteridade do outro” – Algumas perguntas apontam para o cerne das discussões deste tópico: “Quem é o outro e o que vai acontecer com ele depois de entrar em contato com a mensagem? Qual é a cultura dele, como ele vai entender os elementos do discurso? Como chegar a esse outro que, como nós, é inteiro mistério?” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 221). Os autores

lembram que apenas vislumbramos o outro numa relação de comunicação e que não é possível se conhecer o outro integralmente.

4. “Comunidade e política” – O tópico reflete sobre como a questão ética se relaciona com a comunicação a partir do sentido de comunidade. O texto aponta que

a comunidade é, também, uma ação política. Ela cria vínculos, força, faz que o cidadão tenha voz. Veja-se, por exemplo, como os grupos representativos desse ou daquele segmento se organizam e ganham números no ambiente digital. O indivíduo isolado é uma condição desastrosa em termos políticos (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 222-223).

5. “Identidade e responsabilidade” – A partir da questão “Quem é o comunicador?”, o texto aponta que, às vezes, os comunicadores podem cair em uma tentação elitista, “criando uma distância imaginária entre seu gosto e o gosto ou vontade de um receptor entendido como alteridade”. Segundo os autores, a liberdade de escolha é o ponto central de qualquer debate sobre ética na comunicação. Eles explicam que “as decisões tomadas no âmbito das relações comunicativas não ficam fora do enquadramento das decisões humanas – não no sentido do que se vai escolher, mas pensando justamente no fundamento do que se pode de fato escolher” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 223-224).

No encerramento do livro, os autores apontam:

Não há, aqui, a pretensão de esgotar o assunto. Nesse sentido, a ética da comunicação na sociedade não trará a solução da incógnita, mas permitirá aproximações mais rápidas. Até então, o equilíbrio de forças permanecerá instável, gerando conflitos e contradições no cotidiano – mas também abrindo possibilidades para a solidariedade, a convivência e o entendimento (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 225).

Referências

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário básico da língua portuguesa Folha/Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

MARTINO, Luís Mauro Sá Martino; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. *Ética, mídia e comunicação: relações sociais em um mundo conectado*. São Paulo: Summus Editorial, 2018, 240 p.

Como publicar nos *Cadernos da Escola do Legislativo*

1 – Publicamos estudos de natureza analítica, preferencialmente inéditos, sobre temas de interesse do Poder Legislativo, do Estado e da sociedade, nas áreas de Direito, Administração Pública, Ciência Política, História Política, Políticas Públicas, Economia, Orçamento Público e afins.

2 – Além de estudos monográficos, aceitam-se traduções ou resenhas. A responsabilidade pelos artigos publicados é exclusiva dos autores. Se for o caso, o autor deverá tomar as providências necessárias no sentido de obter permissão para a publicação ou o uso de qualquer material eventualmente protegido por direitos autorais.

3 – O texto recebido será avaliado por parecerista *ad hoc*, especialista na área do tema abordado, observando-se os critérios de densidade e adequação aos objetivos da publicação. O parecerista poderá sugerir modificações formais ou de conteúdo, ou opinar pela não publicação, caso em que a decisão tomada será comunicada ao autor.

4 – Devem acompanhar o texto informações acadêmicas e profissionais sobre o autor (titulação acadêmica, atividade profissional, vínculo institucional e informações para contato).

Para mais informações, acesse: <https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/seer/index.php/cadernos-ele/about/submissions#onlineSubmissions>.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores.

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Escola do Legislativo

Av. Olegário Maciel, 2.161 – Belo Horizonte – MG – 30180-112

Tel.: (31) 2108-3400

E-mail do editor: nepel@almg.gov.br

E-mail da Escola do Legislativo: escola@almg.gov.br